

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano I - Nº 87 - Brasília, segunda-feira, 2 de outubro de 1995

Senadores cobram incentivos ao turismo

Júlio Campos diz que Espanha recebe 52 milhões de turistas, enquanto apenas 1,7 milhão passam pelo Brasil todo ano. Elcio e Benedita querem apoio à atividade



Júlio Campos



Benedita da Silva



Elcio Alvares

Amorim: projeto para alongar dívida

A dívida pública mobiliária federal é impagável e impatriótica, afirmou o senador Ernandes Amorim (RO) ao anunciar a apresentação de um projeto de lei escalonando prazos para o pagamento do atual montante da dívida interna. Para o senador, alongar o perfil da dívida é um imperativo nacional.

Segundo Amorim, o orçamento de 1996 anuncia uma dívida de curto prazo de R\$ 119 bilhões, representando 38% do total da receita prevista. "Enquanto isso, pretende-se financiar a Agricultura com apenas 1,4% - R\$ 4,3 bilhões - do orçamento total; a Saúde com 6,4% - R\$ 20 bilhões; e os Transportes com 1,5% - R\$ 4,6 bilhões", revelou o senador.

Amorim diz que não há lógica no orçamento, pois comprometem-se 38% da receita, sabendo-se que não serão utilizados R\$ 119 bilhões para o pagamento de dívidas de curto prazo.

Hollanda pede crédito para viagens nacionais

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) fez na sexta-feira apelo ao presidente da República no sentido de que o Banco Central estenda com urgência ao turismo interno as mesmas facilidades de financiamento atualmente existentes para as viagens internacionais. Segundo o parlamentar, a proibição de que as passagens aéreas e despesas de hospedagem dentro do país sejam financiadas pelos



Joel de Hollanda

cartões de crédito está comprometendo o desenvolvimento do setor, principalmente no Nordeste.

Hollanda argumentou que o turista brasileiro que opta por uma viagem internacional, provocando fuga de divisas, conta com financiamento de até 24 meses dos seus gastos de viagem, enquanto os que preferem conhecer melhor seu país têm de pagar tudo à vista.

Um relato do senador Júlio Campos (PFL-MT) sobre a visita oficial que fez à Gálfcia (Espanha), acompanhado de empresários matogrossenses, suscitou sexta-feira, no plenário, a defesa de maiores incentivos à indústria de turismo no Brasil, feita pelos senadores Elcio Alvares (PFL-ES) e Benedita da Silva (PT-RJ).

Enquanto aquela pequena região da Espanha recebe anualmente 3 milhões de turistas e o país todo recebe um total de 52 milhões, conforme apontou Júlio Campos, o Brasil inteiro é visitado por apenas 1,7 milhão de turistas, segundo estimou Elcio Alvares.

Para os senadores, as companhias aéreas nacionais cobram um preço muito alto para as tarifas internas, o que constitui um entrave ao desenvolvimento do turismo no País. Elcio Alvares relatou que o preço de uma viagem entre Recife e São Paulo custa mais que o trecho Recife-Buenos Aires.

Como líder do governo e ex-ministro da Indústria, Comércio e Turismo, Elcio Alvares defendeu que o Senado polarize um movimento a favor do turismo nacional, através de uma Comissão de Turismo, para a qual convocou Júlio Campos e Benedita da Silva a terem assento.

Patrocínio acredita na borracha

Página 3

Benedita: Plano Bresser para todos

Página 4



Jefferson Peres

Jefferson critica lei eleitoral

A inexistência de uma lei eleitoral permanente e a rejeição, na última quarta-feira, pela Câmara dos Deputados, da maioria das emendas apresentadas pelo Senado à norma que regulará as eleições do próximo ano foram duramente criticadas pelo senador Jefferson Peres (PSDB-AM), que cobrou mais seriedade da classe política.

Jefferson Peres alegou que, das 43 emendas propostas pelo Senado, apenas 16 foram mantidas pela Câmara, e "justamente as menos importantes, pois as de cunho moralizador foram todas derrubadas".

CPI DA MINERAÇÃO

Venda da Urucum começa logo a ser investigada

Atendendo a requerimento do relator da comissão, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), o presidente da CPI da Mineração, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), convocou para hoje reunião administrativa na qual serão definidas as providências necessárias ao início da investigação das denúncias de possíveis irregularidades na negociação da Urucum Mineração S/A, empresa vendida pelos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul à Companhia Vale do Rio Doce.

Bezerra apoiou seu requerimento em relatório da Companhia Mato-grossense de Mineração (Metamat), na qual afirma-se que a transferência teria lesado os dois estados. O relató-

rio afirma que o valor obtido no negócio teria sido menor do que o lucro da Urucum nos últimos 12 meses antes da venda.

A transação foi impugnada através de liminar obtida junto ao Supremo Tribunal Federal, pelo ex-senador José Fragelli, e a Vale está judicialmente impedida de incorporar o patrimônio da Urucum até a decisão final.



Carlos Bezerra

Carlos Bezerra quer que a investigação sobre as empresas contratadas para fazer a avaliação da Urucum Mineração e orientar a venda seja feita pela Polícia Federal. Ele afirma que, segundo o relatório da Metamat, as empresas contratadas para essa avaliação não tinham experiência no ramo.

Petróleo: votações em outubro

Até o final de outubro será votada em dois turnos a emenda que flexibiliza o monopólio estatal do petróleo, encerrando as votações das propostas que alteram o capítulo da Ordem Econômica da Constituição. A previsão foi feita sexta-feira pelo líder do governo, senador Elcio Alvares (PFL-ES).

Os líderes dos partidos se reunirão no início da próxima semana com o presidente do Senado, José Sarney, para definir as datas de votação da emenda do petróleo. Na sexta-feira, o parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça, senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), foi lido em plenário.

Já a emenda constitucional que autoriza o Executivo a criar uma contribuição sobre movimentação financeira, destinada a financiar por dois anos a área de saúde, voltará ao plenário nesta semana.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

COMISSÕES

14h - CPI da Mineração

Pauta: Reunião de trabalho. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

PREVISÃO DOS TRABALHOS DAS COMISSÕES PARA A SEMANA

Terça-feira (03.10.95)

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: Discussão do parecer do senador Mauro Miranda sobre as emendas coletivas da comissão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPA). Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

14h - Comissão de Rádio e TV

Pauta: Debate com o escritor Dias Gomes. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

14h30 - Comissão destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.132/95, que reduz a alíquota do imposto de importação para os produtos que especifica, e dá outras providências.

Pauta: Instalação, eleição do presidente e vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - Comissão do Vale do São Francisco

Pauta: Exposição do presidente da Agência de Desenvolvimento Tietê-Paraná, Wilson Quintela. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho. Quarta-feira (04.10.95)

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.119/95, que dispõe sobre a fixação das mensalidades escolares, e dá outras providências.

Pauta: Instalação, eleição do presidente e vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

Quinta-feira (05.10.95)

9h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.126/95, que altera dispositivos da Lei nº 4.024/61, e dá outras providências. (Conselho Nacional de Educação)

Pauta: Instalação, eleição do presidente e vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Diversas matérias. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Educação

Pauta: Diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 47/95 (terminativo), que institui o prêmio Ulysses Guimarães do Mérito Democrático; "PLS nº 234/95 (terminativo), que autoriza o Poder Executivo a criar selo comemorativo ao tricentenário de Zumbi dos Palmares; e "PLS nº 227/95 (terminativo), que inscreve o nome de Zumbi dos Palmares no "Livro dos Heróis da Pátria". Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão do Vale do São Francisco

Pauta: Apreciação e votação do 2º relatório parcial dos trabalhos da comissão. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - Comissão do Tricentenário de Zumbi dos Palmares

Pauta: Exposição da cineasta Dulce Pereira e de Antônio Galuzzio. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

Patrocínio pede socorro para a borracha

Ao cobrar urgência do governo federal na retomada da política de incentivos à produção, senador diz que Brasil pode recuperar espaço no mercado internacional

Fazendo uma descrição histórica da evolução da atividade de exploração e comercialização da borracha no Brasil, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) acusou o quadro grave e desesperador do setor. Ele pediu urgência ao governo



Carlos Patrocínio

federal na retomada da política de incentivo à produção da borracha, como é indicado em todos os estudos realizados.

Patrocínio lembrou que o problema da borracha brasileira começou ainda em 1951, quando o país deixou de exportar o produto e se transformou em importador. Naquela época,

Darcy anuncia emenda para distribuir terra

A gravidade da situação agrária brasileira exige medidas efetivas e urgentes que reordenem a injusta distribuição da propriedade da terra no país. Na opinião do senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ), isso deve ser feito a preços que não superem os recursos do Estado.

O senador pedetista disse na sexta-feira que levará amanhã ao plenário do Senado uma proposta de emenda constitucional que pretende garantir uma distribuição mais justa das terras brasileiras.

O senador comentou que a emenda dará condições para a realização de uma reforma agrária ágil. Ele considera que os milhares de projetos que há décadas são examinados pelo Congresso não tiveram êxito porque resguardam um direito de propriedade exercido de forma abusiva.

ca, o mercado internacional da borracha natural passou a ser abastecido pelos seringais cultivados no sudeste asiático, onde a cultura da seringueira mostrou-se mais eficiente que o extrativismo da região amazônica. E, segundo o senador, a situação permanece inalterada até os nossos dias.

Ele afirmou, no entanto, que isto pode ser revertido e, a médio prazo, o Brasil pode voltar a ser exportador: basta que os erros do passado sejam analisados e corrigidos com decisão e firmeza.

Patrocínio destacou o fato de

que o Ibama se utiliza, em suas atividades administrativas, da arrecadação da taxa de organização e regulamentação do mercado da borracha, sem de fato atender ao setor.

Em aparte, Jefferson Peres (PSDB-AM) acusou os empresários do setor, que teriam desviado para o mercado financeiro recursos destinados ao incremento da produção da borracha. Ele acha que o Brasil poderia estar hoje com uma situação bem diferente em relação à borracha.

Já Marina Silva (PT-AC) lembrou que a borracha já representou 40% das exportações brasileiras. Para ela, faltaram também investimentos em pesquisas.

Cabral aplaude escolha de Grazziano para o Incra

O senador Bernardo Cabral (PP-AM), ao lembrar a gravidade dos problemas gerados pelos conflitos de terra no Brasil, elogiou a atitude do presidente Fernando Henrique Cardoso por ter escolhido o engenheiro-agrônomo Francisco Grazziano para a presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.

Para o senador amazonense, a questão da reforma agrária aflige toda a Nação e ultrapassa as fronteiras do país, pois ganha repercussão no exterior e é, antes de tudo, um problema social a ser enfrentado pelo governo federal. A seu ver, o assunto é responsabilidade de todos e não pode ser tratado de forma emocional.

Cabral lembrou que em

1994 foram registrados 379 conflitos de terra, com 36 mortes. Segundo o senador, as estatísticas dos anos anteriores apresentam números muito próximos disso.

Bernardo Cabral informou que a reunião sigilosa da Comissão de Relações Exteriores, realizada na quinta-feira, trouxe tranquilidade ao Senado com o depoimento dos representantes do Exército, que negaram a possível influência do grupo Sendero Luminoso no Movimento dos Sem-Terra.

O pronunciamento recebeu apertados dos senadores Jefferson Peres (PSDB-AM) e Lauro Campos (PT-DF), que se mostraram solidários com as teses defendidas por Bernardo Cabral.

Amin apela a Jatene por hospital

O senador Esperidião Amin (PPR-SC) fez apelo ao ministro da Saúde, Adib Jatene, para que não permita o fechamento do Hospital Regional Alto Vale do Itajaí, o que, se vier a ocorrer, trará grandes prejuízos à população mais pobre da região. Segundo o senador, a manutenção do hospital significa o cumprimento da Constituição Federal e do programa de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Para Amin, o Brasil jamais poderá construir uma economia moderna se continuar a manter uma política de saúde atrasada, que não garanta a seus cidadãos o mínimo necessário em termos de assistência. Na opinião do senador, o combate à pobreza e a melhoria da distribuição de renda somente poderão ter sucesso caso o governo federal adote uma política de saúde responsável e consequente.

INDÚSTRIA TÊXTIL

Esperidião Amin defendeu também o combate ao ingresso no país de produtos subsidiados, subfaturados ou resultantes de *dumping* que possam afetar a indústria têxtil brasileira.

Amin comentou os resultados já obtidos com a realização, em agosto passado, do Encontro Nacional em Defesa do Setor Têxtil. O senador disse que o governo ouviu, em parte, o alerta dado pelos participantes da reunião, mas entende ser necessário que outras medidas de proteção sejam tomadas.



Bernardo Cabral

Benedita: Todos os servidores devem receber Plano Bresser

Senadora aponta tratamento desordenado da questão e cita como exemplo decisão de um tribunal que beneficiou seus desembargadores

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) pediu sexta-feira que seja pago a todos os servidores públicos o índice de 26%, excluído do cálculo de reajuste dos trabalhadores em 1987, quando foi implantado o Plano Bresser. Ela quer que seja estendido ao conjunto do funcionalismo a recente decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que concedeu a reposição a seus juizes e desembargadores. A senadora argumentou:

- Não é possível um tratamento diferenciado para os servidores. Temos que assumir o debate sobre o funcionamento da máquina pública.

Benedita da Silva disse que a reposição das perdas vem sendo conduzida setorialmente, sem a participação do governo e "atropelando a Constituição".

Em aparte, Lauro Campos (PT-DF) criticou os governos que pretendem reduzir a inflação à custa dos salários e destacou a ilegalidade patrocina-

da, em 1987, pelo então ministro da Fazenda Bresser Pereira.

Jefferson Peres, por sua vez, destacou que não são apenas os parlamentares que legislam em causa própria, afirmando que os juizes também julgam em seu benefício.

Já Carlos Patrocínio, por sua vez, propôs a revisão dos conceitos de direito adquirido e cláusula pétrea, embutidos na Constituição, e propôs a reforma administrativa como saída para o caos.

Freitas cobra dados de Serra

O senador Freitas Neto (PFL-PI) reclamou do não atendimento ao requerimento de informações, dirigido ao ministro José Serra, do Planejamento, sobre as ações do governo federal no Nordeste, anunciadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em visita à sede da Sudene, em maio passado.



Freitas Neto

Aprovado pela Mesa do Senado, o requerimento, de autoria de Freitas Neto, foi enviado ao ministro do Planejamento há 90 dias, quando o prazo para resposta é de apenas 30 dias, disse o senador. Presente à sessão, o líder do governo no Senado, Elcio Alvares, comunicou que tomará providências quanto ao assunto.

Aprovado pela Mesa do Senado, o requerimento, de autoria de Freitas Neto, foi enviado ao ministro do Planejamento há 90 dias, quando o prazo para resposta é de apenas 30 dias, disse o senador. Presente à sessão, o líder do governo no Senado, Elcio Alvares, comunicou que tomará providências quanto ao assunto.

Ceará tem 86 obras inacabadas

O Ceará possui 86 obras financiadas com recursos federais que se encontram paralisadas e para cuja conclusão seriam necessários aproximadamente R\$ 150 milhões. Isso foi o que apurou a Comissão de Obras Inacabadas, do Senado, cujos integrantes se reuniram sexta-feira com o vice-governador cearense, Moroni Torgan, e com lideranças políticas do estado.

A Comissão encerrou sexta-feira a quinta etapa de seu roteiro de visitas. Os senadores Carlos Wilson (PSDB-PE), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Arlindo Porto (PTB-MG), Geraldo Melo (PSDB-RN) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE) visitaram obras paralisadas e se reuniram com líderes políticos em Aracaju, João Pessoa, Natal e Fortaleza.

Valmir condena intenção de eliminar estabilidade

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) manifestou-se sexta-feira contrário à intenção do governo de modificar a estabilidade do servidor público, dentro das propostas de reforma do Estado encaminhadas ao Congresso.

Para o senador, as regras atuais que moldam a conduta do servidor não são ameaças e impõem aos faltosos severas penas, que vão desde a simples advertência até a demissão ou cassação da aposentadoria.

A dilatação do prazo para aquisição da estabilidade, de 2 para 5 anos, ao contrário



Valmir Campelo

do que possa parecer, é prejudicial à administração pública, segundo Valmir, pois o estágio probatório, período em que se avalia o desempenho do servidor, também será dilatado.

Valmir considerava muito grande o risco que a sociedade passa a correr com a demissão por necessidade da administração pública, prevista na reforma. "Se não foi permitida pela legislação vigente, é porque ainda existe uma parcela de administradores que não está preparada para agir sem paixões", argumentou.

Lauro prega fim do BNDES



Lauro Campos

A extinção do BNDES foi solicitada sexta-feira pelo senador Lauro Campos (PT-DF), "para que a economia brasileira possa funcionar normalmente, segundo as leis de mercado, sem impedir a eliminação dos empresários incompetentes".

O parlamentar classificou o banco estatal de nefasto, "cuja ação vem-se caracterizando por tirar o dinheiro do contribuinte, via imposto de renda, para doar a empresas falidas".

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.